

**Contextualização e análise do Relatório Anual do Diretor Superintendente Geral da
*The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd. – 1970***

Jeremias R. Carvalho
Nathaly N. Yamamoto Shibata

Introdução

O presente estudo tem como objetivo analisar não somente o Relatório Anual do Diretor Superintendente Geral da *The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd* do ano de 1970, mas também introduzir o leitor a respeito da importância de se pensar na energia e na eletricidade para o cotidiano brasileiro e paulista, aprofundando na questão da configuração dessa empresa no Brasil e no estado de São Paulo. Nosso campo de análise será ver a energia elétrica através de uma perspectiva e de um viés sócio-econômico e procurar compreender de que forma o relatório da *Light* se envolve nesse processo de desenvolvimento.

Acreditamos que seja essencial relacionar o documento, que nos foi indicado para este trabalho, com o contexto sócio-político e econômico do país e de São Paulo, uma vez que a história da antecessora da Eletropaulo está vinculada com a formação e a consolidação do setor elétrico. A *Light* contribuiu de forma significativa com o processo de industrialização paulista e estudar a sua trajetória auxilia no entendimento da política, dos projetos, das atitudes e dos investimentos da empresa.

Desse modo, partiremos de uma reflexão sobre a própria energia, tendo como foco a energia elétrica, pensando na relação energia, meio-ambiente e sociedade e como ela contribuiu para o progresso ao longo do tempo para finalmente pôr em evidência o panorama brasileiro e paulista. Desenvolveremos uma base que nos permite compreender o conteúdo do relatório de uma maneira mais ampla e aprofundada.

Como bem demonstrou Antonio Carlos Bôa Nova, a energia e as suas modalidades, entre elas a elétrica, a principal no nosso estudo, representa um elemento articulador que vincula a relação energia, meio-ambiente e sociedade. A energia elétrica, sua expansão no Brasil e, principalmente, no estado de São Paulo pode ser vista como um ponto de partida para compreender os investimentos e as aplicações da *Light*, entendendo todo esse processo através de uma perspectiva social. Percebemos a relação entre os projetos energéticos, a estrutura e a organização da sociedade.

A energia é conceituada pela ciência como a capacidade de produzir trabalho. Pensando desse modo, podemos alinhar o pensamento científico e o pensamento físico com a natureza sócio-econômica e com a dimensão histórica, percebendo que a energia implica na produção de trabalho. E esse trabalho reflete na quantificação do próprio trabalho humano e no aproveitamento de recursos energéticos, o que constitui o processo histórico da transformação em mercadoria, do “trânsito” de energias. É esse parâmetro que possibilita vermos a energia inserida no cotidiano: de que forma ela auxilia no aumento da produtividade, para quem ou a quem é destinada. Devemos pensar em como a necessidade de uma maior e gradativa eficiência na técnica produtiva interfere no progresso econômico de uma determinada sociedade. Assim, podemos compreender que a política energética está intimamente ligada à política de desenvolvimento, sendo

[...] muito usual que a energia seja mencionada como um setor da economia – o setor energético, que se perfilaria ao lado dos setores industrial, agropecuário etc. Como, porém, a energia está presente em todas as atividades humanas, a sua conceituação mais apropriada não é a de um *setor* à parte, mas de um *sistema*, que se interpenetra com todo o contexto econômico e social, assim como o sistema de transportes, o sistema monetário, etc¹

Como pensa Catulo Branco, a energia pode ser considerada como um *sistema* que interage com o meio-ambiente e com a sociedade, integrando o patrimônio ambiental e

¹ Antonio Carlos Bôa Nova, *Energia e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p. 25.

fazendo parte da coletividade. Consumir energia significa usufruir algo inerente à comunidade e que se configuraria, nesse caso, como a questão social da energia elétrica.²

Chegamos, portanto, ao ponto crucial: para o homem, o domínio das formas energéticas consiste em apreender e difundir o uso dos recursos naturais disponíveis no meio-ambiente a fim de colocá-los a serviço de suas necessidades de produção cultural e material, não precisando depender apenas de seu corpo para armazenar energia. Isto é, a “exteriorização” da força muscular, a geração e o armazenamento da energia, em usinas, por exemplo, está relacionada à natureza e à sociedade e amplia a capacidade de produzir justamente o trabalho.³ No caso da energia elétrica,

já foi mencionado que a energia hidráulica era utilizada de longa data, principalmente nos moinhos de água e que um dos seus maiores inconvenientes residia na necessidade de ser consumido no próprio local onde se produzia. Por isso, ela parecia irremediavelmente condenada ao abandono, com o advento da máquina a vapor que, entre outras vantagens, veio proporcionar maior flexibilidade para a localização industrial. Transformada, porém, em eletricidade, a energia proveniente das quedas de água pode ser transportada a centenas de quilômetros, o que amplia bastante o raio das possibilidades de seu aproveitamento. Assim, a eletricidade criou condições para a revalorização da energia hidráulica, do mesmo modo que mais tarde o automóvel viria revitalizar as estradas carroçáveis, decadentes ante a concorrência da ferrovia.⁴

A energia elétrica pode ser apreciada não somente como uma fonte energética, mas também como uma forma de utilizar a energia, eficientemente, para a produção de trabalho mecânico em sua gama e em sua variedade de aplicações, seja na geração de calor ou na geração de iluminação artificial, permitindo o funcionamento tanto de maquinários industriais quanto de utensílios domésticos. A eletricidade contribuiu e contribui para o desenvolvimento de novas tecnologias como a eletroquímica e a eletrometalurgia, além de suprir as necessidades da sociedade, facilitando o cotidiano e o conjunto de práticas humanas.

² Catulo Branco, *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

³ Antonio Carlos Bôa Nova, *Op.Cit.*, p. 44.

⁴ *Ibidem*, p.61.

Doutor de anedota e de champanhota,
Estou acontecendo no café soçaite.
Só digo “enchanté, muito merci, all right”,
Troquei a luz do dia pela luz da Light.
(**Café soçaite**, samba de breque de Miguel Gustavo, 1955)⁵

Embora seja um trecho extraído de um samba de breque carioca, a ambientação também é válida para o cenário paulista. É interessante notar que o quarto verso, “troquei a luz do dia pela luz da *Light*”, representa um ponto-chave, que explicita como essa empresa estrangeira foi se desenvolvendo nesses cenários em pleno processo de urbanização, desde a virada do século XIX, sendo reconhecida na “boca do povo”, popularmente. O que demonstra a importância de uma empresa de fornecimento de energia elétrica para o cotidiano paulista, onde os projetos energéticos e a política energética se combinam com a estrutura e a organização desta sociedade, que busca a modernização e o progresso.

Assim, a *Light*, empresa que se mantém no centro de nossa análise, está intimamente ligada com a história do desenvolvimento energético no Brasil e no estado de São Paulo. A dimensão da importância dessa companhia na geração de energia no Brasil não nos possibilita que nos limitemos apenas à sua situação, em 1970, ano do Relatório. Por isso, rapidamente, colocaremos um pouco da história dessa empresa, compreendendo de forma resumida a relevância dela no *sistema* energético e como ela, neste sentido, se tornou uma das grandes aliadas no processo de desenvolvimento sócio-econômico paulista.

A história do Grupo *Light* no Brasil se inicia nos últimos anos do século XIX, quando o italiano residente no Canadá, Francesco Antonio Gualco, e o comendador brasileiro com grande influência nos meios políticos, Antonio Augusto de Sousa, obtiveram da Câmara Municipal de São Paulo a concessão de transporte urbano de passageiros e cargas em bondes elétricos, por um prazo de 40 anos.

Com isso, Gualco retornou ao Canadá para obter recursos e lá iniciou os primeiros contatos com Frederick Pearson, que em uma viagem de férias ao Brasil, visitou a capital paulista e vislumbrando a certeza do processo de expansão urbana que passaria a cidade,

⁵ *Apud* Antonio Carlos Bôa Nova, *Da Light à Eletropaulo: Permanência e mudança na cultura de uma empresa*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p. 19.

percebeu a futura necessidade de instalação de bondes elétricos e foi aos Estados Unidos em busca de financiamentos. Com a união então de Pearson, Gualco e Sousa, a Câmara Municipal de São Paulo ampliou a concessão original, permitindo a instalação de novas linhas de bonde, além de garantirem uma segunda concessão, que permitia a atuação no campo da geração e a distribuição de energia elétrica.

Em 7 de abril de 1899, foi constituída em Toronto, Canadá, a *São Paulo Railway, Light and Power Company Limited*, começando a ação da empresa no Brasil, que ia além da produção, utilização e da venda de eletricidade, abrangendo igualmente o estabelecimento de linhas férreas, telegráficas e telefônicas.

Embora sediada em Toronto, a Light já nasceu tendo São Paulo em mira. Foi com o intuito – de obter a concessão dos serviços de energia elétrica em São Paulo, bem como os de transporte por bondes elétricos, que um grupo de capitalistas canadenses criou a Empresa em 1899 e significativamente lhe deu o nome de *São Paulo Railway, Light and Power Company*. De fato, a concessão – conseguida, dois anos antes, por dois sócios – não tardaria a ser passada à Light que, em maio de 1900, já estaria inaugurando a primeira linha de bondes elétricos.⁶

A partir de então, a empresa – que, em dezembro de 1899, passa a se chamar *The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd.* – tem a constante necessidade de ampliar a demanda de energia elétrica, devido à expansão urbana e industrial de São Paulo. No quadro político, conforme José Luiz Lima, “o federalismo exacerbado da Constituição de 24 de fevereiro de 1891 reforçaria o caráter eminentemente local da implantação e do desenvolvimento do parque elétrico”.⁷ Isso significa que aos estados e municípios cabia a função de administrar os serviços públicos com uma maior autonomia:

Os contratos de concessão definiriam a natureza e o regime de exploração dos serviços de eletricidade até a década de 1930. A União, com base na Constituição de 1891, remetia para estado e município a competência para firmar tais contratos. Essa nova fonte de energia, que despontava nas inovações tecnológicas da Segunda Revolução Industrial, apenas começava a dar seus primeiros passos nos serviços públicos urbanos e na estrutura produtiva mundial. Dada a pequena dimensão do sistema nessa fase, a

⁶ Antonio Carlos Bôa Nova, *Da Light à Eletropaulo: Permanência e mudança na cultura de uma empresa*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p. 20.

⁷ José Luiz Lima, *Estado e desenvolvimento do setor elétrico no Brasil: das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*, Dissertação de Mestrado FEA-USP, São Paulo, 1983 (mimeografado), p.1.

exploração desses serviços só poderia atender aos interesses estritamente locais, municipais. Alfredo Valladão e Walter T. Álvares já enfatizaram a importância dos municípios no início das regulamentações jurídicas das atividades de energia elétrica. Desta forma, pode-se identificar nos municípios o verdadeiro poder concedente desses serviços públicos, cuja exploração ficava à mercê do relacionamento entre as prefeituras e os concessionários locais.⁸

Dessa forma, a indústria da energia elétrica se apresentava com uma estrutura dicotômica. Havia um “setor arcaico”, composto por um grupo de pequenas centrais termo e hidrelétricas que abasteciam determinados municípios, instalações que produziam energia para as indústrias e “alimentavam” o consumo doméstico de regiões agrícolas. Havia outro “setor moderno”, configurado pelas duas grandes concessionárias estrangeiras, a *Light* e a AMFORP, *American & Foreign Power Company*, que atendia a demanda das áreas, dos mercados mais ativos e dinâmicos da economia brasileira e paulista. Esse panorama fez com que o “setor moderno” expandisse seu campo de atuação e de domínio, incorporando o “setor arcaico”, durante as primeiras décadas no século XX. As concessionárias, e essencialmente a *Light*, desenvolveram um sistema de geração, de distribuição e de transmissão de energia elétrica em uma avançada graduação, que chegava até a se equiparar aos padrões internacionais. Com a construção de usinas hidrelétricas de grande porte e de maior capacidade geradora, essas empresas cresceram significativamente no sistema elétrico, passando de 4% sobre o total participativo, em 1900, para 41% em 1930, apresentando um constante crescimento.⁹

A década de 1920 é um período interessante na história da empresa. Ela enfrentou, nos anos de 1924 e 1925, uma grave crise de suprimento de energia devido à estiagem que assolou principalmente São Paulo, gerando uma drástica redução da oferta, o que era bastante grave pois era necessário que a produção energética acompanhasse a expansão do consumo e não retardasse as taxas de desenvolvimento. Mas afirmamos que é um período bastante interessante porque com a crise, a empresa acaba por promover a ampliação da potência instalada em algumas usinas, tanto termelétricas quanto hidrelétricas e promove a construção de novas usinas. E é nesse período que a empresa promove uma de suas maiores realizações, a construção da usina de Cubatão. O chamado projeto de Obras da Serra gerou 4.000 empregos, utilizando máquinas modernas e muitas inovações. A usina foi sendo ampliada ao longo da década de 1920 e representou um acréscimo de 70% ao total instalado nas demais unidades geradoras da *Light*. Nessa década o que se

⁸ *Ibidem*, p. 3.

⁹ *Apud Ibidem*, p. 8

seguiu foi à incorporação, por parte da *Light*, de diversas concessionárias e empresas, concentrando sua ação em São Paulo¹⁰.

Completada essa primeira fase de desenvolvimento, a década de 1930 constituiria um divisor de águas nos rumos do setor elétrico. De um lado, a crise do modelo agrário-exportador e o redirecionamento da economia brasileira no sentido do avanço da industrialização. De outro lado, as transformações estruturais operadas no Estado brasileiro a partir da Revolução de 1930. Em relação ao setor elétrico, a ruptura com a ordem estabelecida na República Velha implicava pelo menos duas tendências: a primeira significava que a mudança no padrão de desenvolvimento capitalista no Brasil exigiria uma nova forma de expansão do setor elétrico; a segunda tendência dizia respeito ao papel do Estado frente à rearticulação do setor às necessidades do núcleo urbano-industrial, sobre a qual se apoiaria a dinâmica da economia brasileira.¹¹

Ou seja, o cenário nacional começa a se modificar no Governo Vargas. No período entre 1930 e 1945, principalmente no Estado Novo, iniciam-se as primeiras tentativas de regulamentação por parte do governo sobre a produção e disponibilidade energética. É nítido que uma empresa da importância da *Light* não perderia sua relevância e campo de ação da noite para o dia, mas se inicia aí uma mudança no cenário brasileiro que ganhará força após a conjuntura da Segunda Guerra Mundial. A intervenção do Estado começa a ganhar espaço e, conseqüentemente, a tirar espaço da *Light*, tendo seu ponto alto em 1962, com a criação da Eletrobrás. Vale ressaltar que na área de atuação da *São Paulo Light*, no período compreendido entre o pós-Segunda Guerra e meados da década de 1960, houve uma série de crises quanto ao abastecimento e a distribuição energética em que a capacidade geradora, a fim de sustentar a demanda do processo de industrialização foi de certa forma, incapaz de atender definitivamente essa região em expansão. Também houve períodos em que as chuvas foram escassas.¹² Mesmo com esses contratemplos, a *Light* conseguiu transmitir uma imagem associada à modernidade e ao desenvolvimento, assumindo posturas que refletiam sua ousadia e pioneirismo nas obras de engenharia. Tanto é que Bôa Nova entrevista ex-funcionários da Eletropaulo que atuaram na *Light* e

¹⁰ Renato Feliciano Dias (coord.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, Memória da Eletricidade*; texto: Lígia Maria Martins Cabral, Paulo Brandi de Barros Cachapuz, Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão; Rio de Janeiro, O Centro, 1988, p.41

¹¹ José Luiz Lima, *Op. Cit.*, p. 131.

¹² Antonio Carlos Bôa Nova, *Da Light à Eletropaulo: Permanência e mudança na cultura de uma empresa*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, p. 32.

percebemos que a maioria destaca o desenvolvimento de vínculos entre o profissional e a empresa, estimulando a formação de cooperativas e a credibilidade adquirida na praça em trabalhar nessa empresa.¹³

E é nesse conjunto de percepções que exploraremos a relação entre a empresa *The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd.* com o contexto sócio-econômico brasileiro e paulista no intuito de melhor analisar o Relatório do Diretor Superintendente Geral do ano de 1970, tentando enxergar, neste documento, o processo gradativo de decréscimo da participação da *Light* e a reestruturação institucional do setor energético brasileiro.

Relatório Anual do Diretor Superintendente Geral - 1970

Nossa análise do documento se centrará basicamente em pensar como os números e as informações apresentadas no Relatório se transportam para fazer parte de todo o contexto do Grupo *Light* e, principalmente, do cenário energético nacional e paulista. Pensar no conteúdo fornecido pelo relatório nos ajuda a compreender os problemas, as mudanças e as realizações num campo muito mais amplo que é o da evolução do *sistema* energético no Brasil e, principalmente, no estado de São Paulo.

Sabemos que até 1946, tanto a *São Paulo Light* quanto a *Rio Light* tiveram condições de responder e até mesmo de estimular o desenvolvimento urbano e industrial, devido à capacidade ociosa de suas usinas¹⁴. A *Light*, no pós Guerra, era ainda a mais importante empresa de energia elétrica em funcionamento no Brasil. Ela monopolizava o fornecimento de energia e era a principal geradora dessa energia no eixo Rio - São Paulo, sendo esta a área mais urbanizada e irradiadora do *boom* econômico, impulsionada pelo forte processo de industrialização ocorrido a partir de 1940. Só para exemplificar: enquanto o consumo *per capita* no Brasil era de 365 kWh, em 1962, na região atendida pela *Rio Light* o consumo era de 783 kWh, e na região atendida pela *São Paulo Light* o consumo atingia 1314KWh¹⁵. Encontramos nessa situação de rápido e grande desenvolvimento das regiões atendidas pela *Light*, o início da perda de participação desta empresa no cenário nacional porque esse notável incremento no consumo industrial aliado a acentuada elevação do consumo comercial e domiciliar acarretou sérias dificuldades para essa empresa, revelando-

¹³ *Ibidem*, pp. 45-60.

¹⁴ Renato Feliciano Dias (coord.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, Memória da Eletricidade* ; texto: Ligia Maria Martins Cabral, Paulo Brandi de Barros Cachapuz, Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão; Rio de Janeiro, O Centro, 1988, p.171.

¹⁵ *Ibidem*, p.170

se incapaz de suprir a demanda a partir da década de 1960. Aqui veremos três fatores essenciais nessa perda de importância do grupo *Light* na participação no setor energético.

Ao longo deste trabalho, poderemos perceber que a iniciativa pública de tentar controlar o setor, crises econômicas que inviabilizaram a entrada do capital estrangeiro necessário e a tentativa do grupo de reordenar seus serviços foram esses principais fatores. O relatório de 1970 contribui com vários indícios para a compreensão dessa situação da empresa porque discorrendo de uma forma mais simplificada, especifica que as ocorrências de corte de energia ao longo do ano são bastante frequentes e a dependência aos serviços da *Light* diminui. Mas uma coisa tem que ficar clara: a capacidade instalada da *Light* não estava estagnada. O relatório de 1970, por exemplo, conclui que a geração de energia nas usinas hidráulicas foi a maior registrada em todos os tempos, o problema é que o crescimento de geração da *Light* se dava em taxas médias inferiores às taxas de crescimento da economia e, sobretudo, do crescimento das indústrias.

O relatório de 1970, em geral, aponta que os trabalhos de geração e distribuição de energia, reposição de perdas, aquisição de novas máquinas e ampliação das usinas se deram de forma satisfatória. Mas, o relatório não insere esses dados no panorama energético brasileiro, por isso é que exatamente tentaremos inserir as informações do relatório no contexto energético geral brasileiro, possibilitando assim uma compreensão mais ampla e completa do que essas informações do relatório representam.

Como nossa análise do documento está sendo feita em comparação com a história da energia no Brasil, para ampliar o sentido de suas informações, precisamos compreender historicamente o que fez com que a *Light*, em 1970, tivesse sua representatividade no setor de geração de energia bastante diminuída e não estivesse acompanhando o desenvolvimento das regiões por ela administradas. Sabemos que principalmente a partir da década de 1960, observa-se uma diminuição da participação do grupo *Light* na produção energética no Brasil e que é exatamente neste momento que entraram em operação as usinas estatais de maior porte como a Três Marias e Furnas¹⁶. A *The São Paulo Light* ainda era, no começo da década de 1960, a maior empresa de energia elétrica no Brasil, mas há algum tempo vinha perdendo espaço pela interferência do Estado no setor. O período entre 1952 e 1962 é bastante esclarecedor sobre isso. Nesse período de dez anos a porcentagem de produção energética sob a responsabilidade das empresas da União sobe de 6,8% para 31,3%, enquanto que a porcentagem sob responsabilidade do capital estrangeiro, incluindo a *Light*, cai de 82,4% para 55,2%¹⁷.

Como já foi dito, as tentativas do Estado em passar a controlar mais efetivamente o setor energético teve seus primeiros passos no Governo Vargas, se intensificaram no pós –

¹⁶ *Ibidem*, p.172

¹⁷ *Ibidem*, p.150

Guerra e na década de 1960, com a criação da Eletrobrás, começa a representar um papel fundamental no processo de geração de energia para o processo de desenvolvimento econômico, atuando como agenciador do capital estrangeiro e um investidor produtivo.

Outro problema fundamental que ajuda a entender porque a participação da *Light* cai na geração de energia a partir dos anos de 1960 é a crise que caracteriza o Brasil no início dessa década. Após a Segunda Guerra o desenvolvimento econômico, baseado na industrialização e modernização do país, foi bastante dinamizado pelo processo de substituição de importações, mas a partir de 1961, esgotando as possibilidades de substituição maciça, a economia sofre uma reversão. Esse é um dos fatores que é responsável pelo movimento da *Light* no momento do Relatório. Nós enxergamos que essa crise é um ponto fundamental para compreender a perda de espaço porque, se já existia o problema da crescente participação do poder público no setor, essa crise faz com que um agente importante na industrialização brasileira passasse a evitar investimentos devido à insegurança. O capital estrangeiro tem sua entrada sensivelmente diminuída e isso tem conseqüências para os fundos do Grupo *Light* que dependia esse capital. Com a ditadura militar e o fortalecimento do poder Executivo, geraram-se condições favoráveis à formulação e à execução das diretrizes econômicas governamentais. Esse quadro político da ditadura favorece a intervenção do Estado no setor energético com planos de desenvolvimento fundamentais para a necessidade do Estado em organizar esse setor, já que para atingir o crescimento econômico precisava-se de energia. Empresas como a *Light* já não supriam à necessidade. Ou seja, vê-se claramente que este processo vai limitando o espaço da *Light*.

O Estado começa a interferir e a crise limita os recursos e aumenta a necessidade de atuação do Estado. Com a Ditadura, forma-se um momento de superação da crise já delineada e é nesse momento em que de forma ainda mais explícita o poder público começa a interferir em vários setores do desenvolvimento econômico, incluindo o setor energético. Se em 1962 um grande passo havia sido dado nesse sentido com a criação da Eletrobrás, a partir daí esse movimento é crescente. O planejamento do setor de energia elétrica era, até então, regional e instável e, a partir da Eletrobrás tenta-se estabelecer um caráter mais definido e sistematizado para o setor, tanto institucionalmente quanto hierarquicamente. Tão logo a Eletrobrás iniciou suas atividades, começou a participar do Conesp (Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos) com o objetivo de indicar, ao Poder Executivo, os serviços que deveriam passar ao regime de exploração direta, com o intuito de nacionalização das empresas. Se antes da Segunda Guerra era o Grupo *Light* que monopolizava o setor e encampava para si as outras concessionárias, agora o sentido se inverte e é o poder público quem faz investimentos, sistematiza o setor e promove o maior e mais abrangente funcionamento de uma série de departamentos, muitos já existentes como DNAE (Departamento Nacional de Águas e Energia) e o CNAEE

(Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica). Segue-se, assim, um processo de construção de várias usinas estatais pelo Brasil. Era o sistema interligado brasileiro que na década de 1960 pôs em funcionamento a usina de Furnas, as usinas de Estreito e Jaguará, Jupia e Ilha Solteira, além de outras por todo o país. No final da década de 1960, a maioria das concessionárias estaduais já dispunha de departamentos de planejamento com objetivos e funções mais amplos que os de simples programação econômico-financeira.

Com todo o contexto delimitado, retomamos o documento pensando no que os dados do Relatório de 1970 podem nos auxiliar para a compreensão desse momento do setor energético no Brasil. Desde o início dos anos de 1960 o Grupo *Light* (isso inclui tanto a *Rio Light* quanto a *São Paulo Light*), que perdia espaço e capital para desenvolver seus serviços de geração de energia, deixa de investir na expansão de seu parque gerador no Brasil e é aqui que entra outro fator para a perda de espaço da empresa na geração de energia: o investimento em outros serviços. Nesse momento a empresa já contava com a energia que começava a ser produzida pelos projetos hidrelétricos governamentais, dirigindo seus recursos para a área de distribuição de energia.

Como uma das principais intenções nessa análise, além de compreender o contexto energético, é o de entender realmente como o Grupo *Light* perdeu espaço na produção de energia, saber quais foram seus gastos no ano de 1970 é fundamental. Um item muito interessante que o Relatório nos mostra é o seguinte: as despesas realizadas em 1970 ultrapassaram os gastos de 1969 e foram relativas à transmissão, distribuição e energia comprada. Isso comprova algumas coisas. A produção de energia não era sua prioridade, que além do fato de já vir deixando de investir na expansão desse setor, mostra também que a empresa já contava com a energia que era produzida pelas hidrelétricas governamentais, havendo um aumento nos gastos de energia comprada.

Outra questão bastante importante que esse dado do relatório nos mostra é a de como o Grupo *Light*, de fato, já havia mudado o foco de seus investimentos e serviços. A verdade é que a *Light* neste momento, administrada pela companhia *holding* Brascan, tentava deslocar para setores mais rentáveis economicamente do que a geração de energia, que no caso era a distribuição de energia. O relatório mostra isso claramente. O documento coloca que foram construídos 259,6 km de novas linhas de transmissão e construídas nove novas subestações para a distribuição de energia: Americanópolis, Cruzeiro, Paraíba, São Roque, Silvestre, Vila Buenos Aires, Vila Leopoldina e Santa Branca Nova; fora o reforço de novos transformadores em diversas outras subestações; ampliação do sistema aéreo para atendimento das necessidades de demanda de energia. O fato é que neste momento o Grupo *Light* tinha seus serviços mais concentrados no fator demanda de energia do que no fator oferta. Nesse ano houve um consumo de 12.625.463.000 kWh na região de São Paulo, enquanto que em 1969 o consumo foi de 11.880.610.000kWh, ou seja, o sensível processo

de urbanização estimulava a se investir na demanda e na distribuição, do que na geração de energia. De 1969 para 1970 houve um aumento de 100.000 novos consumidores na região de São Paulo. Segue agora uma tabela¹⁸ que retrata o aumento do consumo e, conseqüentemente, da distribuição de energia elétrica, presente no Relatório e que nos dá uma visão ainda mais clara e ampla de como os esforços da *Light* estavam centrados no setor da distribuição, já que os números mostram como foi necessário haver um aumento no serviço prestado pela empresa no setor.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTICA (REGIÃO SÃO PAULO)

- Em kWh -

	1970	1969
Residencial	2.610.747.637	2.420.819.102
Comercial	1.753.954.371	1.603.493.398
Industrial	7.061.577.269	6.671.363.645
Rural	5.651.228	2.966.967
Poderes Públicos	489.769.996	486.922.074
Iluminação Pública	182.916.157	136.987.617
Outras empresa/eletricidade	92.805.680	112.203.145
Empresas municipais/eletricidade	14.411.414	12.909.426
Tração elétrica	413.628.458	432.945.214
Total	12.625.462.210	11.880.610.585

Essa tabela, presente no relatório, mostra os números já mostrados aqui sobre o aumento de consumo. Podemos concluir que a presença dessa tabela no Relatório se deve exatamente ao interesse do Grupo em reverter seus investimentos e serviços ao setor de distribuição que como pode se ver pelo aumento do consumo, poderia ser bem mais lucrativo e desviaria da concorrência com o Estado que o setor de geração de energia propiciava.

Em 1970, o Grupo *Light* se encontrava concentrado nesse serviço de distribuição, mas a verdade é que esse novo serviço lucrativo não duraria muito. A elevação dos custos

¹⁸Relatório Anual do Diretor Superintendente Geral de 1970, p.6

de distribuição que se observa na seqüência da década comprometeu seriamente os investimentos do grupo no setor. A verdade é que se a *Light* já não conseguia suprir a necessidade de produção energética e já não tinha muito espaço nesse setor, a mudança para a área de distribuição não seria o suficiente para manter seu predomínio no panorama energético brasileiro porque desde a constituição da Eletrobrás, a Brascan passara a considerar a venda ou a encampação da empresa como apenas uma questão de tempo. Provando mais uma vez que a intervenção do Estado no setor de energia foi crucial para o fim do monopólio do grupo do Brasil.

Considerações Finais

Conforme o Relatório Anual do Diretor Superintendente Geral, de 1970, o grupo Light, de São Paulo, tomou medidas de cunho institucional e sócio-político que indicaram uma mudança de enfoque econômico e nacional. A iniciativa de participação estatal no setor de energia interferiu profundamente nos serviços até então prestados pelo grupo Light. O documento estudado se mostrou bastante claro nesse sentido, explicitando várias informações que comprovam como o grupo reverte nesse período seus investimentos, antes estabelecidos para a geração de energia, para o setor de distribuição de energia e para a manutenção de seu lucro, desviando da concorrência com o Estado. Este trabalho buscou apresentar como o documento indicado para a análise pode e deve ser examinado em diálogo constante com o desenvolvimento geral do setor energético. Conforme este setor avançou econômico, social e politicamente no Brasil e, especialmente, em São Paulo.

Bibliografia

Fontes primárias:

Relatório Anual do Diretor Superintendente Geral da *The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd.* 1970.

Localização: Fundo Eletropaulo, Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento: conjunto 3, face 4, prateleiras 3/4 B. Documento contendo 373 páginas.

Referências bibliográficas:

BÔA NOVA, Antonio Carlos, *Da Light à Eletropaulo: Permanência e mudança na cultura de uma empresa*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

BÔA NOVA, Antonio Carlos, *Energia e classes sócias no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

BRANCO, Catulo, *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, José Luiz, *Estado e desenvolvimento do setor elétrico no Brasil: das origens à criação da Eletrobrás (1890-1962)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983 (mimeografado).

DIAS, Renato Feliciano (coord.), *Panorama do setor de energia elétrica no Brasil / Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, Memória da Eletricidade* ; texto: Ligia Maria Martins Cabral, Paulo Brandi de Barros Cachapuz, Sergio Tadeu de Niemeyer Lamarão; Rio de Janeiro: O Centro, 1988.